

NOTA DE IMPRENSA

Apoio público deve privilegiar raça autóctone com identidade açoriana, defende António Almeida

António Almeida defendeu, no Parlamento açoriano, que os recursos financeiros da Região devem privilegiar sempre, e em primeira instância, o apoio à única raça autóctone açoriana, a Raça do Ramo Grande, e à Carne dos Açores IGP, e não à importação de raças identificadas por outras origens do território continental enquanto raças autóctones.

O deputado do Grupo Parlamentar do PSD/Açores falava no debate sobre o projeto de resolução do PCP que recomenda ao Governo que apoie raças bovinas autóctones portuguesas com dinheiros públicos regionais, quando criadas nos Açores, para além da Raça do Ramo Grande.

"Apoiar tudo e todos não significa uma política de consequente sucesso, mas em alguns casos de distorção dos objetivos e também do desperdício de recursos públicos tão importantes para relevar o valor intrínseco da economia açoriana", afirmou.

António Almeida considera, neste quadro, que "importa que os financiamentos públicos sejam orientados e privilegiem o aumento do valor das produções agrícolas açorianas, quer pela sua relevância no mercado interno regional, quer pelo seu potencial de internacionalização afirmados pela diferença, distinção e excelência".

O deputado social-democrata alertou para a impossibilidade de outras raças autóctones do continente português reunirem o potencial de valorização que tem a carne dos Açores, uma marca exclusiva com características próprias de diferenciação entre as demais, sublinhando, neste sentido, o esforço dos produtores açorianos no incremento da sua raça autóctone e no modo de produção IGP da Carne dos Açores.

"Diretamente ligada à nossa cultura e tradições, enquanto autóctone, está a Raça do Ramo Grande e não as restantes raças autóctones portuguesas. Interrogamo-nos sobre qual o valor acrescido de produzir Carne Alentejana, Mertolenga, Barrosã ou outras nos Açores", afirmou, antes de anunciar o voto contra do PSD/Açores à iniciativa comunista.

O parlamentar considerou ainda "legítimo" o interesse que algum produtor nos Açores possa ter na importação e manutenção de diversas raças de bovinos, "desde que se cumpram os requisitos sanitários e a salvaguarda da perturbação de valorização genética e com a devida autorização oficial".

Refira-se que as diversas raças autóctones portuguesas se enquadram, nos cadernos de especificações, em áreas geográficas bem identificadas, com a sua origem, descrição da raça, métodos de produção, características específicas e história geográfica, permitindo até a sua certificação como Produto de Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida, tal como acontece com a Carne dos Açores IGP.

Horta, 13 de julho de 2017

Laurénio Tavares Secretário do Grupo Parlamentar do PSD Telf 292 292 651

Telf. 292 292 651 Fax: 292 391 092

Email: ltavares@alra.pt